



JUSTIÇA FEDERAL NO RIO GRANDE DO NORTE

GABINETE DO DIRETOR DO NÚCLEO DE GESTÃO DE PESSOAS

EDITAL Nº 25/2024

SELEÇÃO PÚBLICA DE CONCILIADORES E CONCILIADORAS

CEJUSC JFRN NATAL E JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS DE NATAL – 2024.2

ATIVIDADE NÃO REMUNERADA

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Juiz Federal Diretor do Foro da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte, em substituição, JOSÉ CARLOS DANTAS TEIXEIRA DE SOUZA, e a Juíza Federal Substituta Coordenadora do Centro Judiciário de Solução Consensual de Conflitos e Cidadania da Justiça Federal no Rio Grande do Norte em Natal (CEJUSC JFRN NATAL), GISELE MARIA DA SILVA ARAÚJO LEITE, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto nas Leis nº 13.105/2015 e nº 10.259/2001, bem como na Resolução nº 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), na Resolução nº 398/2016 do Conselho da Justiça Federal (CJF) e nas Resoluções nº 26/2009 e nº 20/2011 e no Provimento nº 06/2018 do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF 5ª Região), **tornam pública a abertura de inscrições para o presente processo seletivo para preenchimento de 12 (doze) vagas de Conciliadores e Conciliadoras Voluntários(as) para atuação no CEJUSC JFRN NATAL e nas Varas de Juizados Especiais Federais de Natal**, atendidas as condições e os termos seguintes, bem como para formação do respectivo cadastro de reserva:

2. DA COMISSÃO EXAMINADORA

2.1 A seleção de conciliador(a) será conduzida por Comissão Examinadora composta pelo(a)s magistrado(a)s **GISELE MARIA DA SILVA ARAÚJO LEITE**, **ADRIAN SOARES AMORIN DE FREITAS** pelas servidoras **MAÍSA DE OLIVEIRA MEIRANGRID SILVA RIBEIRO DE ANDRADE DANTAS**, **ODELEIDE TRINDADE DA SILVA**, sob a presidência da primeira, nos termos da Portaria nº 84/2024, da Direção do Foro da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte (SJRN).

2.1.1. Atuarão como suplentes da Comissão Examinadora as servidoras **SHIRLEY MAGNOLIA BAUMGARTNER CAMARA DE OLIVEIRA**, **ANNA ELIZABETE CAVALCANTI BARRETTO FERREIRA** conforme Portaria nº 84/2024 - Diretor do Foro da SJRN.

2.2 Caberá à Comissão Examinadora, após a conclusão de seus trabalhos, submeter ao Juiz Federal Diretor do Foro o relatório final, constando os nomes do(a)s candidato(a)s selecionado(a)s e respectiva ordem de classificação, para fins de homologação e posterior publicação no site da JFRN (<https://www.jfrn.jus.br/administracao/selecoes-concursos/selecao-conciliadores>).

3. DA RESERVA DE VAGAS À PESSOA COM DEFICIÊNCIA

3.1. Fica assegurado à pessoa com deficiência, assim qualificada nos termos da Lei nº 13.146/2015 e do Decreto nº 3.298/99, o percentual de 10% (dez por cento) das vagas oferecidas neste

certame, inclusive das que surgirem durante o prazo de validade do concurso.

3.2. Serão consideradas pessoas com deficiência aquelas que se amoldam às categorias discriminadas no art. 2º da Lei nº 13.146/2015; no art. 4º do Decreto nº 3.298/1999, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004; no § 1º do art. 1º da Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Transtorno do Espectro Autista); e as contempladas pelo enunciado da Súmula nº 377 do Superior Tribunal de Justiça (STJ), observados os dispositivos da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, ratificados pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.

3.3. As pessoas com deficiência, guardadas as condições legais previstas, participarão do processo seletivo em igualdade de condições com o(a)s demais candidato(a)s, no que se refere à habilitação para o exercício da função, às avaliações e aos critérios de aprovação, ao dia, horário e local de realização das fases do certame.

3.4. O(A)s candidato(a)s com deficiência classificado(a)s na seleção figurarão em lista específica e na lista geral, de ampla concorrência, conforme art. 12 da Resolução nº 246/2013-CJF.

3.5. O(A)s candidato(a)s com deficiência aprovado(a)s dentro do número de vagas oferecido para ampla concorrência que assumam a vaga nessa condição, não será(ão) computado(a)s para efeito do preenchimento das vagas reservadas.

3.6. As vagas que não forem providas por pessoas com deficiência, em face da inexistência de candidato(a)s aprovado(a)s, serão preenchidas pelo(a)s candidato(a)s da lista de ampla concorrência, com estrita observância à ordem classificatória.

3.7. O(A)s candidato(a)s com deficiência, a fim de concorrerem às vagas reservadas, deverá(ão) indicar essa condição no momento da inscrição no certame, no campo específico para essa finalidade, sinalizando ainda serem verdadeiras suas declarações.

3.8. O(A) candidato(a) que deixar de indicar sua condição de pessoa com deficiência no momento da inscrição não concorrerá às vagas reservadas, sendo incluído(a) dentre o(a)s candidato(a)s às vagas de ampla concorrência.

3.9. O laudo médico atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional da Doença – CID e à causa provável desta, será apresentado pelo(a) candidato(a) com deficiência somente por ocasião de sua convocação para participar do Curso de Formação de Conciliadore(a)s.

4. DA RESERVA DE VAGAS AO(À)S NEGRO(A)S, INDÍGENAS E QUILOMBOLAS

4.1 Fica assegurado ao(à)s candidato(a)s negro(a)s o percentual de 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas neste certame, inclusive das que surgirem durante o prazo de validade deste processo seletivo, nos termos da Lei nº 12.990/2014.

4.1.1. O(A)s candidato(a)s negro(a)s concorrerão concomitantemente às vagas reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua classificação no concurso, conforme art. 3º da Lei nº 12.990/2014.

4.1.2. O(A)s candidato(a)s negro(a)s aprovado(a)s dentro do número de vagas oferecido para ampla concorrência não serão computado(a)s para efeito do preenchimento das vagas reservadas.

4.1.3. As vagas que não forem providas por pessoas negras, em face da inexistência de candidato(a)s aprovado(a)s, serão preenchidas pelo(a)s candidato(a)s da lista de ampla concorrência, com estrita observância à ordem classificatória.

4.1.4. O(A)s candidato(a)s que se autodeclaram negro(a)s, a fim de concorrerem às vagas reservadas, deverão firmar essa autodeclaração no momento da inscrição no certame, no campo específico para essa finalidade, sinalizando ainda serem verdadeiras suas declarações.

4.1.5. Se, no momento da sua apresentação para a fase de **Entrevista e Redação**, ficar evidenciado para a Comissão Examinadora que o(a) candidato(a) inscrito(a) para as vagas reservadas às pessoas negras não possui características fenotípicas dessa raça, a validação de sua inscrição para concorrer às vagas reservadas ficará condicionada à confirmação da sua raça, por Comissão de Heteroidentificação a ser constituída, garantindo-se-lhe o contraditório e a ampla defesa no curso deste procedimento.

4.1.6. Na hipótese anterior, uma vez não confirmada a condição de pessoa negra do(a) candidato(a), este(a) será excluído(a) do processo seletivo, sem prejuízo da adoção das medidas civis e criminais pertinentes.

4.2 Fica assegurado ao(à)s candidato(a)s indígenas o percentual de 3% (três por cento) das vagas oferecidas neste certame, inclusive das que surgirem durante o prazo de validade deste processo seletivo, nos termos da Resolução n.º 512/2023 - CNJ.

4.2.1. O(A)s candidato(a)s indígenas que optarem pela reserva de vagas concorrerão simultaneamente às vagas reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com sua classificação no concurso, conforme art. 5º da Resolução n.º 512/2023 - CNJ.

4.2.2. O(A)s candidato(a)s indígenas aprovado(a)s dentro do número de vagas oferecido para ampla concorrência não serão computado(a)s para efeito do preenchimento das vagas reservadas.

4.2.3. As vagas que não forem providas por pessoas indígenas, em face da inexistência de candidato(a)s aprovado(a)s, serão preenchidas pelo(a)s candidato(a)s da lista de ampla concorrência, com estrita observância à ordem classificatória.

4.2.4. O(A)s candidato(a)s que se autodeclaram indígenas, a fim de concorrerem às vagas reservadas, deverão firmar essa autodeclaração no momento da inscrição no certame, no campo específico para essa finalidade, sinalizando ainda serem verdadeiras suas declarações.

4.3 Fica assegurado ao(à)s candidato(a)s quilombolas o percentual de 3% (três por cento) das vagas oferecidas neste certame, inclusive das que surgirem durante o prazo de validade deste processo seletivo.

4.3.1. O(A)s candidato(a)s quilombolas que optarem pela reserva de vagas concorrerão simultaneamente às vagas reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com sua classificação no concurso.

4.3.2. O(A)s candidato(a)s quilombolas aprovado(a)s dentro do número de vagas oferecido para ampla concorrência não serão computado(a)s para efeito do preenchimento das vagas reservadas.

4.3.3. As vagas que não forem providas por pessoas quilombolas, em face da inexistência de candidato(a)s aprovado(a)s, serão preenchidas pelo(a)s candidato(a)s da lista de ampla concorrência, com estrita observância à ordem classificatória.

4.3.4. O(A)s candidato(a)s que se autodeclaram quilombolas, a fim de concorrerem às vagas reservadas, deverão firmar essa autodeclaração no momento da inscrição no certame, no campo específico para essa finalidade, sinalizando ainda serem verdadeiras suas declarações.

5. DA FUNÇÃO E ATIVIDADES DE CONCILIADOR(A)

5.1 O(a)s candidato(a)s aprovado(a)s neste processo seletivo poderão atuar no CEJUSC JFRN NATAL ou nas Varas de Juizados Especiais Federais da Capital, conforme a lotação a ser definida após o Curso de Formação de Conciliador(as).

5.2. O(A) conciliador(a) atuará no planejamento e condução de sessões autocompositivas, em meio presencial ou eletrônico, processuais ou pré-processuais, cabendo-lhe a lavratura do respectivo termo de audiência, bem como a adoção das demais ações anteriores e posteriores à audiência, determinadas pelo(a) gestor(a) da unidade jurisdicional em que lotado(a).

5.3. Incumbe também ao(à) conciliador(a) auxiliar na coleta de dados estatísticos, na formatação de expedientes, aplicação de questionário de qualidade do serviço, prestação de atendimento e esclarecimentos aos usuários do CEJUSC JFRN NATAL – excluída orientação quanto ao mérito da demanda - e a execução de demais atos compatíveis com a função, determinados pelo(a) gestor(a) da unidade jurisdicional em que lotado(a).

5.4. O(a) conciliador(a) deverá proceder com lisura, imparcialidade, neutralidade, independência, autonomia, confidencialidade e idoneidade, observando todos os deveres e obrigações atribuídos ao(à)s servidor(a)s público(a)s, além de respeitar a ordem pública, os princípios e as regras do Código de Ética estabelecido pelo Conselho Nacional de Justiça (Resolução n.º 125/2010), bem como as demais leis vigentes.

5.5. Para exercer a função de conciliador(a), o(a) candidato(a) aprovado(a) neste processo seletivo deverá submeter-se ao Curso de Formação de Conciliador(as), a ser oferecido pela Seção Judiciária do Rio Grande do Norte, composto por uma etapa teórica de 40 (quarenta) horas/aula e uma etapa prática (Estágio Supervisionado) de 60 (sessenta) horas, nos termos da Resolução nº 125/2010-CNJ e da Resolução nº 398/2016-CJF.

5.5.1. A realização da etapa prática da formação pressupõe a conclusão com êxito da etapa teórica, exigindo-se do(a) interessado(a) frequência de 100% (cem por cento).

5.5.2. O(A) candidato(a) com deficiência, para fins de participação no Curso de Formação de Conciliador(as) e posterior convocação para provimento das vagas reservadas às pessoas com deficiência, deverá apresentar ao Setor Médico da Justiça Federal no Rio Grande do Norte, **no prazo de 72 (setenta e duas) horas da sua convocação para o aludido Curso**, laudo médico original e expedido no prazo máximo de 90 (noventa) dias anteriores, atestando a espécie, o grau ou nível da deficiência, bem como a sua provável causa, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional da Doença – CID.

5.6. O(A)s Conciliador(as) submeter-se-ão ainda à capacitação continuada determinada pela Justiça Federal no Rio Grande do Norte, nos moldes da Resolução nº 125/2010-CNJ e da Resolução nº 398/2016-CJF.

5.7. Não será conferida nenhuma declaração ou certificado de participação no Curso de Formação de Conciliador(as), ou do desempenho da função de Conciliador(a) na Justiça Federal no Rio Grande do Norte, antes do transcurso de 1 (um) ano de atividade pelo(a) interessado(a).

5.8. A qualidade dos serviços do(a) conciliador(a) será constantemente avaliada, nos termos de questionário padrão respondido pelos usuários do serviço autocompositivo da SJRN.

6. DA DURAÇÃO E JORNADA DE ATIVIDADES

6.1. O(A) conciliador(a) desempenhará suas funções pela carga horária mínima de 16 (dezesseis) horas mensais e período mínimo de 1 (um) ano, de acordo com cronograma a ser estabelecido pelo(a) gestor(a) da unidade em que lotado(a).

6.2. Na hipótese de o(a) candidato(a) ser ocupante de função, cargo ou emprego público, deverá haver compatibilidade de horários para o exercício da função de conciliador(a).

7. DAS VEDAÇÕES

7.1 Aplicam-se ao(à) conciliador(a) as hipóteses de suspeição e impedimento dos arts. 144 e ss. do Código de Processo Civil, sendo sua obrigação comunicar tal situação, visando escusar-se de iniciar ou prosseguir na condução do procedimento autocompositivo.

7.2. É vedado ao(à) conciliador(a) prestar serviços profissionais, de qualquer natureza, aos envolvidos em conflitos cuja conciliação tenha facilitado, durante o período em que atuar como

conciliador(a).

7.3. O descumprimento deste Edital e dos deveres legais de frequência e pontualidade, o desempenho insuficiente ou a inobservância dos princípios e regras estabelecidos no Código de Ética da Resolução nº 125/2010-CNJ, bem como a condenação definitiva em processo criminal, resultará na exclusão do(a) conciliador(a) dos quadros do CEJUSC JFRN NATAL ou do JEF/NATAL e no impedimento para atuar nesta função em qualquer outro órgão do Poder Judiciário nacional.

7.4. A imposição das sanções previstas no item anterior não prescinde do devido processo legal e da garantia do contraditório e exercício da ampla defesa.

8. DAS VANTAGENS

8.1. A função de conciliador(a) será exercida a título gratuito, sem estabelecimento de qualquer vínculo empregatício, contratual ou afim, com a Justiça Federal no Rio Grande do Norte, contudo assegurados os direitos e prerrogativas do Jurado, bem como o cômputo de atividade jurídica para assunção de cargos da magistratura (art. 59, IV, da Resolução nº 75/2009-CNJ) e título para concursos públicos promovidos pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, conforme previsto em edital específico.

8.2. O(a) conciliador(a) terá cobertura de seguro de acidentes pessoais custeado pela Justiça Federal no Rio Grande do Norte, conforme estabelecido pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região.

8.3. O(a) conciliador(a) terá direito a participar, sem ônus, dos cursos oferecidos pela Justiça Federal no Rio Grande do Norte, conforme disponibilidade de vagas.

8.4. O(a) conciliador(a) terá acesso aos programas e ações de saúde e qualidade de vida da Justiça Federal no Rio Grande do Norte.

9. DOS REQUISITOS PARA HABILITAÇÃO

9.1. Poderão inscrever-se nesta seleção pessoas que atendam aos requisitos abaixo:

9.1.1. Ser brasileiro(a) nato(a) ou naturalizado(a);

9.1.2. Idade mínima de 18 (dezoito) anos;

9.1.3. Pleno gozo dos direitos políticos;

9.1.4. Ser graduado(a) ou estar regularmente matriculado(a) em Universidade ou Faculdade Pública ou Particular, em curso de nível superior autorizado ou reconhecido pelo MEC (a partir do 3º ano ou 5º período), em qualquer área do conhecimento; e

9.1.5. Não possuir antecedentes criminais.

10. DA INSCRIÇÃO

10.1. As inscrições serão realizadas de forma gratuita, no período **da zero hora do dia 23 de abril de 2024 até as 23h59min do dia 05 de maio de 2024**, no site da Justiça Federal no Rio Grande do Norte (<https://www.jfrn.jus.br/administracao/selecoes-concursos/selecao-conciliadores>), cabendo ao(a) candidato(a) acessar o sistema de inscrição para preencher os seus dados pessoais e curriculares, bem como responder ao questionário para avaliação de perfil comportamental.

10.2. No momento da inscrição, o(a) candidato(a) deverá juntar de logo, via sistema, os seguintes documentos:

10.2.1. Documento de identidade com foto e indicação do número de registro no Cadastro de Pessoa Física (CPF-MF) do Ministério da Fazenda (tais como, RG, CNH, Carteira Profissional, Identidade Funcional);

10.2.2. Comprovante de residência;

10.2.3. Certidão de quitação do Serviço Militar, para candidatos do sexo masculino;

10.2.4. Título de Eleitor;

10.2.5. Certidão Negativa da Justiça Eleitoral, de quitação com as obrigações eleitorais;

10.2.6. Certidão Negativa da Justiça Eleitoral, relativa à condenação criminal eleitoral;

10.2.7. Certidão Negativa de antecedentes criminais, emitida pela Justiça Federal no Rio Grande do Norte e dos locais em que eventualmente tenha residido o(a) candidato(a) nos últimos 02 anos;

10.2.8. Certidão Negativa de antecedentes criminais, emitida pela Justiça do Estado do Rio Grande do Norte e dos locais em que eventualmente tenha residido o(a) candidato(a) nos últimos 02 anos;

10.2.9. Diploma de conclusão de ensino superior em Universidade ou Faculdade Pública ou Particular, em curso autorizado ou reconhecido pelo MEC, de qualquer área de conhecimento OU declaração de matrícula em Universidade ou Faculdade Pública ou Particular, em curso de nível superior autorizado ou reconhecido pelo MEC, do 3º ano ou 5º período em diante, em qualquer área do conhecimento.

10.3. Os documentos comprobatórios das declarações prestadas pelo(a) candidato(a) no sistema de inscrição, relativos a seus dados curriculares e de experiência profissional, serão apresentados impressos à Comissão Examinadora do processo seletivo, na fase de **Entrevista e Redação**.

10.3.1. A ausência de comprovação de quaisquer das indicações realizadas no momento da inscrição, relativamente às informações curriculares e de experiência profissional, implicará na desconsideração da informação e no recálculo da pontuação do(a) candidato(a) na fase de **Análise Curricular**.

10.4. O(A)s candidato(a)s com deficiência deverão indicar, no momento da inscrição, eventual condição especial para sua participação nas etapas do certame, especificando-a.

10.5. No momento da inscrição, todo(a)s o(a)s candidato(a)s deverão ainda responder a um questionário para avaliação de perfil comportamental e de sua aderência à atividade de conciliação, o qual subsidiará a sua avaliação na fase de **Entrevista Coletiva e Redação**.

10.6. Presumir-se-ão verdadeiras as informações prestadas pelo(a) candidato(a) no ato de inscrição no processo seletivo, sem prejuízo da apuração das responsabilidades administrativas, civil e penal, na hipótese de constatação de declaração falsa.

10.7. Concluído o procedimento de inscrição, com a finalização das respostas ao questionário, será emitido o comprovante do requerimento de inscrição.

10.8. Serão deferidas as inscrições apenas do(a)s candidato(a) que comprovarem a satisfação dos requisitos para habilitação ao exercício da função de conciliador(a), conforme estabelecido no item 9 deste Edital.

10.8.1. O não preenchimento dos campos obrigatórios do formulário de inscrição relativos a dados pessoais e a ausência de respostas aos quesitos do questionário de avaliação de perfil comportamental implicarão na não validação da inscrição do(a) candidato(a).

10.8.2. Não será admitida inscrição condicional.

10.8.3. O(as) candidato(as) receberão, no e-mail cadastrado no sistema de inscrição, a resposta ao seu requerimento, com a confirmação da sua inscrição ou o motivo de seu indeferimento, **no período estimado de 06 a 09 de maio de 2024**.

10.9. A Comissão Examinadora do processo seletivo, na **data provável de 10 de maio de 2024**,

publicará Edital no site da JFRN (<https://www.jfrn.jus.br/administracao/selecoes-concursos/selecao-conciliadores>) com a lista do(a)s candidato(a)s cujas inscrições foram validadas, ordenados conforme sua classificação na fase de **Análise Curricular**.

10.10. A inscrição do(a) candidato(a) implicará o conhecimento e aceitação das regras estabelecidas neste Edital, nas leis e atos normativos referenciados, dos quais não poderá alegar desconhecimento.

10.11. Não serão admitidos recursos do indeferimento da inscrição no presente processo seletivo.

11. DA SELEÇÃO

11.1. A seleção será realizada em 02 (duas) fases, a saber : 1) **Análise Curricular** e 2) **Entrevista Coletiva e Redação**.

11.2. A primeira fase, de **Análise Curricular**, tem natureza classificatória e consiste na análise da experiência acadêmica e profissional do(a) candidato(a), prestigiando-se sua experiência acadêmica na área do Direito e especialmente nas temáticas da solução consensual de conflitos e previdenciária, assim como sua experiência profissional com a autocomposição de conflitos, inclusive participação em audiências de conciliação em diversos papéis.

11.2.1. A pontuação da **Análise Curricular** será atribuída ao(à) candidato(a) conforme suas experiências acadêmica e profissional indicadas no momento da inscrição no certame, podendo alcançar até 18 (dezoito) pontos, observados os parâmetros do quadro de pontuação constante do ANEXO II deste Edital.

11.2.2. Os documentos comprobatórios da experiência acadêmica e profissional do(a) candidato(a), referidos no item 10.3 deste Edital, deverão ser apresentados impressos à Comissão Examinadora do processo seletivo por ocasião de sua apresentação para a etapa de **Entrevista Coletiva e Redação**, de forma a validar a pontuação que lhe foi conferida inicialmente.

11.2.3. O(A) candidato(a) que deixar de apresentar à Comissão Examinadora quaisquer dos documentos comprobatórios da experiência acadêmica e profissional declarada no momento da inscrição, na forma definida neste Edital, terá a sua pontuação na fase de **Análise Curricular** recalculada, para exclusão da pontuação correspondente ao item não comprovado, sendo reclassificado(a) no processo seletivo conforme a nova pontuação.

11.2.4. O resultado preliminar da fase de **Análise Curricular** será publicado por meio de Edital, no site da JFRN (<https://www.jfrn.jus.br/administracao/selecoes-concursos/selecao-conciliadores>), **na data estimada de 10 de maio de 2024**, juntamente com a lista do(s) candidato(s) cujas inscrições no presente processo seletivo foram deferidas, conforme previsto no item 10.9 supra.

11.2.5. Da publicação do Edital referido no item anterior caberá recurso do(a)s candidato(a)s interessado(a)s, a ser interposto no prazo de 02 (dois) dias úteis, através do link <https://www.jfrn.jus.br/administracao/selecoes-concursos/selecao-conciliadores>, com indicação do nome e CPF/MF do(a) interessado(a), expressa fundamentação e juntada de documentação, se tal for necessário.

11.2.5.1. Os recursos serão analisados pela Comissão Examinadora do concurso, sendo os respectivos resultados comunicados ao(à)s candidato(a)s recorrentes através do e-mail cadastrado no momento da inscrição no certame.

11.2.6. **Na data estimada de 17 de maio de 2024**, será publicado no site da JFRN (<https://www.jfrn.jus.br/administracao/selecoes-concursos/selecao-conciliadores>) Edital com o resultado definitivo da fase de **Análise Curricular**, após julgamento dos recursos, e a convocação do(a)s candidato(a)s apto(a)s à realização da segunda fase do certame, de **Entrevista Coletiva e Redação**.

11.2.6.1. A publicação do Edital acima aludido não obstará o recálculo da pontuação do(a)s

candidato(a)s que deixarem de comprovar a experiência curricular e profissional declarada no momento da inscrição no concurso, na forma prevista no item 11.2.3 deste Edital, com a consequente publicação de novo Edital com o resultado definitivo da fase de **Análise Curricular**.

11.2.7. A pontuação relativa à fase de **Análise Curricular** corresponderá a 30% (trinta por cento) da nota final do(a) candidato(a) no certame.

11.3. Habilitar-se-ão para participação na fase de **Entrevista Coletiva e Redação** o(a)s candidato(a)s classificado(a)s na fase anterior – de **Análise Curricular**, até a posição equivalente a **05 (cinco) vezes o número de vagas ofertadas no certame**.

11.3.1. Serão convocado(a)s para a fase de **Entrevista Coletiva e Redação** todo(a)s o(a)s candidato(a)s com nota equivalente àquele(a) classificado(a) na 60ª (sexagésima) posição no Edital de publicação do resultado definitivo da **Análise Curricular**.

11.3.2 O(A)s candidato(a)s classificado(a)s em posição inferior à referida nos itens acima não serão eliminado(a)s do certame, podendo ser convocado(a)s para realização da fase de **Entrevista Coletiva e Redação** em momento ulterior, durante o prazo de validade do concurso, na hipótese de surgirem novas vagas a serem providas além do número de candidato(a)s inicialmente selecionado(a)s.

11.3.3. O(A) candidato(a) reclassificado(a) na fase de **Análise Curricular**, na forma prevista no item 11.2.3 deste Edital, não realizará a fase de **Entrevista Coletiva e Redação** para a qual foi convocado(a), na hipótese de sua nova posição exceder àquela prevista no item 11.3.

11.4. A segunda fase do certame, de **Entrevista Coletiva e Redação**, tem natureza classificatória e se divide em dois momentos: entrevista do(a)s candidato(a)s em grupo, com realização de dinâmicas de interação entre este(a)s, e elaboração de uma redação acerca de tema relacionado à resolução consensual de conflitos.

11.4.1. Na entrevista coletiva, será analisada a aderência do perfil comportamental do(a) candidato(a) à atividade de conciliação e a presença de habilidades consideradas necessárias ao desempenho da função, especialmente:

a) Capacidade de Escuta Ativa: habilidade de ouvir atentamente as partes envolvidas, entendendo seus pontos de vista e preocupações, sem interrupções ou pré-julgamentos;

b) Empatia: capacidade de se colocar no lugar das partes, entendendo suas emoções e perspectivas, facilitando um ambiente de respeito mútuo e compreensão;

c) Comunicação Eficaz: capacidade de transmitir ideias, pensamentos e informações de forma clara e eficaz, assim como de ouvir e compreender as mensagens recebidas, seja de forma verbal ou não verbal, escrita ou falada;

d) Assertividade: capacidade de comunicar-se de maneira clara e direta, respeitando as opiniões alheias e mantendo o foco na resolução do conflito de maneira construtiva;

e) Gestão de Conflitos: habilidade de identificar a raiz dos conflitos e empregar estratégias apropriadas para sua resolução, promovendo um ambiente colaborativo;

f) Paciência e Calma: capacidade de manter a calma em situações de tensão, transmitindo segurança às partes e controlando o andamento do processo de conciliação;

g) Imparcialidade e Integridade: demonstração de neutralidade e justiça, evitando qualquer tipo de viés ou favoritismo, garantindo a equidade no processo autocompositivo;

h) Resolução de Problemas: aptidão para analisar situações complexas, identificar soluções viáveis e sugerir alternativas de resolução que tragam ganhos para todas as partes envolvidas;

i) Flexibilidade e Adaptabilidade: capacidade de adaptar-se a diferentes situações e mudanças durante o processo de conciliação, mostrando flexibilidade para lidar com as dinâmicas das negociações e dos participantes.

11.4.2. Na redação, que consistirá num texto de até 15 (quinze) linhas, serão avaliados os conhecimentos técnicos do(a) candidato(a) no tocante à língua portuguesa, assim como no atinente à temática da resolução consensual de conflitos, especialmente os seguintes conhecimentos

básicos:

- Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, especialmente art. 3º, §3º, e arts. 165 até 175;
- Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995;
- Lei nº 10.259, de 12 de julho de 2001;
- Resolução nº 125, de 29 de novembro de 2010, do Conselho Nacional de Justiça;
- Resolução nº 398, de 04 de maio de 2016, do Conselho da Justiça Federal.

11.4.3. A fase de **Entrevista e Redação** valerá até 15 (quinze) pontos, sendo 10 (dez) pontos relativos à entrevista e 05 (cinco) pontos referentes à redação.

11.4.3.1. A pontuação total da fase de **Entrevista e Redação** corresponderá a 70% (setenta por cento) da nota final do(a) candidato(a) no certame.

11.4.4. A fase de **Entrevista Coletiva e Redação** realizar-se-á presencialmente, nas **datas estimadas de 21, 22 e 23 de maio de 2024, no turno da tarde em horário a definir**, no prédio sede da Justiça Federal no Rio Grande do Norte em Natal, situado na Rua Dr. Lauro Pinto, 245, Lagoa Nova, CEP: 59064-250, constando do Edital de convocação respectivo, aludido no item 11.2.6, as listas do(a)s candidato(a)s que deverão se apresentar em cada um dos dias.

11.4.1.1. A entrevista e a redação serão realizadas num mesmo dia por cada candidato(a) convocado(a) para esta fase.

11.5. O resultado preliminar da fase de **Entrevista e Redação** será publicado por meio de Edital, no site da JFRN (<https://www.jfrn.jus.br/administracao/selecoes-concursos/selecao-conciliadores>), na **data estimada de 29 de maio de 2024**.

11.6. Da publicação do Edital referido no item anterior caberá recurso do(a)s candidato(a)s interessado(a)s, a ser interposto no prazo de 02 (dois) dias úteis, através do link <https://www.jfrn.jus.br/administracao/selecoes-concursos/selecao-conciliadores>, com indicação do nome e CPF/MF do(a) interessado(a), expressa fundamentação e juntada de documentação, se tal for necessário.

11.6.1. Os recursos serão analisados pela Comissão Examinadora do concurso, sendo os respectivos resultados comunicados ao(à)s candidato(a)s recorrentes através do e-mail cadastrado no momento da inscrição no certame.

11.7. Na **data estimada de 05 de junho de 2024**, será publicado no site da JFRN (<https://www.jfrn.jus.br/administracao/selecoes-concursos/selecao-conciliadores>) Edital com o resultado definitivo da fase de **Entrevista e Redação**, após julgamento dos recursos.

11.8. A nota final do(a)s candidato(a)s no processo seletivo corresponderá à seguinte equação:

Nac = Nota da Análise Curricular

Ner = Nota da Entrevista e Redação

Nf = Nota final

$$\text{Nf} = (\text{Nac} \times 0,3) + (\text{Ner} \times 0,7)$$

11.9 Na **data estimada de 05 de junho de 2024**, será igualmente publicado no site da JFRN (<https://www.jfrn.jus.br/administracao/selecoes-concursos/selecao-conciliadores>) Edital com o resultado final do processo seletivo para o(a)s candidato(a)s que se submeteram e concluíram todas as etapas do certame, considerado o disposto no item 11.3 supra.

12. DAS CONDIÇÕES PARA O(A) CANDIDATO(A) PARTICIPAR DA FASE DE ENTREVISTA E REDAÇÃO

12. 1. O(A) candidato(a) deverá comparecer à etapa de **Entrevista e Redação** munido de

documento de identidade com foto e número de CPF/MF, sob pena de sua exclusão do certame.

12.2. Durante a realização da fase de **Entrevista e Redação**, não será permitida a utilização de ou a consulta a livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.

12.3. Não será permitida a utilização, no local de realização da fase de **Entrevista e Redação**, de armas, nem de aparelhos eletrônicos (máquinas calculadoras, agendas eletrônicas ou similares, telefone celular, relógio, câmeras fotográficas, *tablets*, *smartphones*, gravador etc.).

12.4. Terá a participação anulada e será automaticamente eliminado(a) do processo seletivo o(a) candidato(a) que:

- a) usar ou tentar usar meios fraudulentos e/ou ilegais para a sua realização;
- b) for surpreendido dando ou recebendo auxílio para a execução de quaisquer das provas;
- c) utilizar-se de régua de cálculo, livros, máquinas de calcular ou equipamento similar, dicionário, notas ou impressos que não forem expressamente permitidos, telefone celular, gravador, receptor ou outros, ou que se comunicar com outro candidato em momento em que tal comportamento for proscrito pela Comissão Examinadora;
- d) faltar com a devida cortesia para com qualquer um dos examinadores, seus auxiliares, autoridades presentes ou candidato(a)s;
- e) recusar-se a entregar sua redação ou outro material das atividades ao término do tempo;
- f) afastar-se da sala, a qualquer tempo, sem o acompanhamento de fiscal ou sua autorização;
- g) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido;

12.5. Acarretará a eliminação do(a) candidato(a) do concurso, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, a burla ou a tentativa de burla a quaisquer das regras para a realização das atividades avaliativas, definidas neste Edital ou em outros atos normativos relativos ao certame, nos comunicados ou nas instruções constantes em cada atividade.

13 DO DESEMPATE DE NOTAS

13.1 Na hipótese de empate na pontuação final do(a)s candidato(a)s, considerar-se-ão como critérios de desempate, a preferência ao(à) candidato(a) que apresentar:

- a) Bacharelado em Direito;
- b) Exercício prévio da função de conciliador(a) judicial, em qualquer ramo do Poder Judiciário, por maior tempo;
- c) Atuação anterior na Justiça Federal como servidor(a), estagiário(a) ou conciliador(a)/mediador(a), nesta ordem de prioridade;
- d) maior idade.

14 DOS RECURSOS

14.1 Os recursos previstos neste Edital serão interpostos nos 02 (dois) dias úteis subsequentes à publicação a que se referirem, através do link <https://www.jfrn.jus.br/administracao/selecoes-concursos/selecao-conciliadores>, com indicação do nome e CPF/MF do(a) interessado(a), expressa fundamentação e juntada de documentação, se tal for necessário.

14.2. Os resultados dos recursos serão comunicados ao(à)s candidato(a)s recorrentes através do e-mail cadastrado por este(a)s no momento da inscrição no certame.

14.3. Da decisão que julgar o recurso não caberá novo recurso .

15 DA HOMOLOGAÇÃO E VALIDADE DO CERTAME

15.1 O resultado será homologado por ato do Juiz Federal Diretor do Foro contendo a relação ordenada do(a)s aprovado(a)s, com disponibilização no site da Justiça Federal no Rio Grande do Norte (<https://www.jfrn.jus.br/administracao/selecoes-concursos/selecao-conciliadores>), conforme calendário estabelecido no ANEXO I deste Edital.

15.2 O prazo de validade da seleção será de um 01 (um) ano, contado a partir da data de publicação da homologação do resultado final para o(a)s candidato(a)s da primeira turma convocada para submissão à etapa de Entrevista e Redação, conforme previsto neste Edital.

16 DA CONVOCAÇÃO

16.1 Para atuar como conciliador(a) será obrigatória prévia participação, do(a) candidato(a) aprovado(a) neste processo seletivo, em Curso de Formação de Conciliador(a)s, com carga horária de 40 (quarenta) horas/aula de conteúdo teórico e de 60 (sessenta) horas de Estágio Prático Supervisionado, conforme previsto na Resolução nº 125/2010-CNJ e na Resolução nº 398/2016-CJF.

16.1.1. Será publicado Edital no site da JFRN (<https://www.jfrn.jus.br/administracao/selecoes-concursos/selecao-conciliadores>) para convocação do(a)s candidato(a)s aprovado(a)s dentro do número de vagas previsto neste processo seletivo, para fins de sua participação na etapa teórica do Curso de Formação de Conciliador(a)s, presencialmente ou por EaD, conforme oferta da Seção Judiciária, do TRF 5a Região ou do Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal – CEJ/CJF.

16.1.2. O(A) candidato(a), após a respectiva convocação para o Curso de Formação de Conciliador(a)s, terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar da data de disponibilização do ato convocatório, para manifestar interesse e disponibilidade para sua participação e apresentar documentação complementar, se necessário.

16.1.3 O(a) candidato(a) aprovado(a) na seleção que informar a impossibilidade de participar do Curso de Formação de Conciliador(a)s para o qual for convocado(a) será remanejado(a) para o final da lista de aprovado(a)s no certame.

16.1.4 O(A) candidato(a) que silenciar à convocação acima referida, ou não cumprir o prazo estabelecido no item supra para juntada de documentos complementares, perderá o direito à vaga de conciliador(a), sendo eliminado(a) da lista de aprovados no processo seletivo, salvo motivo justificado a ser apreciado pelo(a) Juiz(a) Federal Coordenador(a) do CEJUSC JFRN NATAL.

16.2 Quando da disponibilização de futuros Cursos de Formação de Conciliador(a)s, o setor responsável da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte contactará, pelo e-mail cadastrado no momento da inscrição no processo seletivo, o(a)s candidato(a)s aprovado(a)s em cadastro de reserva, respeitando-se a ordem de classificação, para fins de inscrevê-lo(a)s.

16.2.1 Para o(a)s candidato(a)s em cadastro de reserva, a participação e conclusão com êxito no Curso de Formação de Conciliador(a)s não outorga direito à convocação ou ao exercício da atividade de conciliador(a).

16.2.2 Aplica-se ao(à)s candidato(a)s aprovado(a)s em cadastro de reserva e convocado(a)s para participação no Curso de Formação de Conciliador(a)s o disposto nos itens 16.1.1, 16.1.2 e 16.1.3 deste Edital.

16.3 O(A) candidato(a) aprovado(a) na seleção que for reprovado(a) no Curso de Formação de Conciliador(a)s perderá o direito à convocação para atuar como conciliador(a) do CEJUSC JFRN NATAL ou do JEF/NATAL.

16.4 As convocações para o exercício da função de conciliador(a) ocorrerão consoante a necessidade do serviço e a conveniência e oportunidade do CEJUSC JFRN NATAL ou do JEF/NATAL,

respeitada a ordem de classificação do(a)s aprovado(a)s, realizando-se por ato do(a) Juiz(a) Federal Coordenador(a) do CEJUSC.

16.4.1 Realizar-se-á imediatamente a nomeação do(a)s 12 (doze) primeiro(a)s classificado(a)s neste processo seletivo, uma vez aprovado(a)s no Curso de Formação de Conciliador(a)s para o qual convocado(a)s, nos termos do item 16.1 supra.

16.5 Na hipótese de o(a) candidato(a) aprovado(a) ser servidor(a) público(a), deverá obter, previamente, a anuência de seu superior hierárquico para participação no Curso de Formação de Conciliador(a)s referido no item 16.1, bem como para a prestação de serviços na carga horária mensal prevista neste Edital, item 6.1.

17 DO TERMO DE COMPROMISSO E ADESÃO

17.1 O(A) candidato(a) convocado para atuar como conciliador(a), após conclusão com êxito do Curso de Formação de Conciliador(a)s, firmará Termo de Adesão e Compromisso, por meio do qual se obrigará a cumprir suas obrigações legais, o Código de Ética previsto na Resolução nº 125/2010-CNJ, bem como as normas disciplinares da Direção do Foro da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte e do(a) gestor(a) da unidade judiciária em que lotado(a).

17.2 O Termo de Compromisso e Adesão não gera qualquer vínculo funcional, empregatício, contratual ou afim; nem direito à remuneração, uma vez que a atividade de conciliador(a) é gratuita e de apoio à justiça.

17.3 O desligamento das atividades de conciliador(a) poderá ocorrer nas seguintes situações: 1- a pedido, por interesse do conciliador; 2- de ofício, por interesse da Administração, garantido, nesta hipótese, o devido processo legal e a ampla defesa.

17.4 A emissão de Declaração de Atividade Judiciária exercida durante o período de desempenho da função de conciliador(a) caberá, exclusivamente, ao(à) Juiz(a) Federal Coordenador(a) do CEJUSC JFRN NATAL, ficando sua expedição condicionada à observância do período mínimo de 1 (um) ano de atividade, nos termos previstos no item 5.7 deste Edital.

18 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1 As datas estimadas para os atos do presente processo seletivo, previstas neste Edital e no seu ANEXO I, poderão ser antecipadas ou prorrogadas, sendo necessário que o(a)s candidato(a)s acompanhem as publicações no site da Justiça Federal no Rio Grande do Norte (<https://www.jfrn.jus.br/administracao/selecoes-concursos/selecao-conciliadores>).

18.2 Os casos omissos terão resolução através da Comissão Examinadora do processo seletivo, durante o período de realização do certame e até a homologação do seu resultado final, e, após, pelo(a) Juiz(a) Federal Diretor(a) do Foro da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.

18.3 Informações complementares relativas a este certame poderão ser obtidas através do e-mail selecaoconciliadores@jfrn.jus.br.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.



Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ CARLOS DANTAS TEIXEIRA DE SOUZA**, VICE-DIRETOR DO FORO, em 18/04/2024, às 15:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf5.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **4236621** e o código CRC **EC795663**.

ANEXO I

PROGRAMAÇÃO DAS ATIVIDADES DO PROCESSO SELETIVO DE CONCILIADOR(A) VOLUNTÁRIO(A) - CEJUSC JFRN NATAL e JEF/NATAL

- Inscrições: 23/04 a 05/05/2024
- Validação, ou não, dos requerimentos de inscrição: 06 a 09/05/2024
- Publicação do Edital com a lista de candidatos cujas inscrições foram validadas e do resultado preliminar da fase de **Análise Curricular** (1ª fase): 10/05/2024
- Recursos do resultado preliminar da fase de **Análise Curricular** (1ª fase): 2 DIAS ÚTEIS - 13 e 14/05/2024
- Publicação do Edital do resultado definitivo da fase de **Análise Curricular** (1ª fase) e convocação para a fase de **Entrevista Coletiva e Redação** (2ª fase) dos candidatos classificados até 5 vezes o número de vagas: 17/05/2024
- **Entrevista Coletiva e Redação** (2ª fase): 21, 22 e 23/05/2024, no turno da tarde, presencialmente no prédio da JFRN em Natal
- Publicação do Edital do resultado preliminar da fase de **Entrevista Coletiva e Redação** (2ª fase): 29/05/2024
- Recursos do resultado preliminar da fase de **Entrevista Coletiva e Redação** (2ª fase): 2 DIAS ÚTEIS - 31/05 e 03/06/2024
- Publicação do Edital do resultado definitivo da fase de **Entrevista Coletiva e Redação** (2ª fase): 05/06/2024
- Publicação do Edital com o resultado final do processo seletivo para a 1ª turma de convocados para a 2ª etapa do certame (5 vezes o número de vagas): 05/06/2024

ANEXO II

FASE DE ANÁLISE CURRICULAR

QUADRO DE PONTUAÇÃO DA EXPERIÊNCIA ACADÊMICA E PROFISSIONAL

Critério	Opção	Pontuação
Bacharel em Direito?	Sim	1
	Não, mas conclui Curso superior em outra área do conhecimento	0,5
Possui especialização em Direito	Não	0
	em andamento	0,5
	concluída	1
Possui Mestrado ou título superior em Direito	Não	0
	em andamento	1
	concluída	2

Possui pós-graduação na área de resolução consensual de conflitos	Não	0
	em andamento	1
	concluída	2
Possui pós-graduação na área previdenciária	Não	0
	em andamento	0,5
	concluída	1
Já participou de curso de formação de conciliador?	Não	0
	Sim, mas apenas teórico, carga horária < 40h	0,25
	Sim, apenas teórico, carga horária ≥ 40h	0,5
	Sim, teórico e prático, teórica < 40h e prática < 60h	0,75
	Sim, teórico e prático, teórica < 40h e prática ≥ 60h	1
	Sim, teórico e prático, teórica ≥ 40h e prática < 60h	1
	Sim, teórico e prático, teórica ≥ 40h e prática ≥ 60h	2
Já atuou como conciliador ou mediador no Poder Judiciário?	Não	0
	Sim	1,5
	Sim, na Justiça Federal	3
Já atuou como conciliador ou mediador em câmaras privadas ou de direito público de solução consensual de conflitos?	Não	0
	Sim, em Câmara Privada	1
	Sim, em Câmara de Direito Público	2
No exercício de sua atividade profissional, já participou de audiências de conciliação ou mediação em função diversa do conciliador ou mediador?	Não	0
	Sim, como preposto mensalmente	0,5
	Sim, como preposto pontualmente	0,25
	Sim, como advogado	1
Já atuou profissionalmente na Justiça Federal?	Não	0
	Sim, como servidor ativo	1
	Sim, como servidor aposentado	2
	Sim, como estagiário	0,75
	Sim, como advogado	0,5
Já atuou com a matéria previdenciária?	Não	0
	Sim, como ex-servidor do INSS	1
	Sim, como advogado	1
	Sim, como estagiário	0,5

0000927-87.2024.4.05.7100

4236621v4